

triumfalista, sujeito a distorções e comprometimentos, e com despesas elevadas. E o povo? Encontra-se na mesma situação. Os próprios Meios de Comunicação Social não manifestam interesse.

- A infra-estrutura do Congresso não é fácil. Até agora houve sempre dependência dos Governos Estaduais. Tal dependência gerou sempre críticas. Por isso, a pergunta que se pode fazer é esta: terá a Igreja do Brasil a possibilidade de financiar por si mesma uma infra-estrutura digna e necessária para um Congresso Eucarístico Nacional de âmbito nacional? Estará a Igreja no Brasil disposta a arcar com os altos custos de um Congresso?

- Há hoje muitos encontros de massa. Anos atrás os Congressos eram quase os únicos encontros de massa. Além do mais, ficar reunidos três a quatro dias?

- O Congresso deveria deixar um gesto concreto. O que, de fato, deixa atrás de si?

- E, finalmente, o Congresso deve ter mais um caráter de reflexões teológicas sobre a Eucaristia; será mais um Congresso teológico ou será um Congresso mais de índole pastoral? Como, neste caso, deveria ser o Congresso? Os dois Congressos de índole pastoral até agora foram só o de Manaus e o de Fortaleza, que continuou na esteira do de Manaus. Já o 11º de Aparecida - SP, em julho de 1985 quebrou este ritmo pastoral. O que, afinal, queremos **hoje** com os Congressos Eucarísticos Nacionais? Vale a pena continuar com eles?, eis a pergunta final.

D. Aloísio Cardeal Lorscheider
é Arcebispo de Aparecida do Norte -SP

O "CURSO ESPECIAL DE ECUMENISMO"¹

Dr. Francisco Catão

O *Directorio para aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo*, de 1993, prevê um "curso especial de ecumenismo" no contexto alargado de sua 3ª parte, consagrada à "formação para o ecumenismo, na Igreja Católica". Cinco anos mais tarde, em 1998, o Pontifício Conselho para a promoção da unidade dos cristãos publicou importante documento sobre "a dimensão ecumênica dos que trabalham no ministério pastoral", cuja 2ª parte é inteiramente consagrada ao "ensino especificamente ecumênico"². Poucas disciplinas teológicas jamais receberam da Santa Sé indicações tão amplas quanto precisas sobre seus fundamentos, conteúdos e desenvolvimento, no âmbito da formação teológica. No entanto, como o vêm demonstrando os preciosos encontros anuais dos professores e animadores do ecumenismo, promovidos pelo setor específico da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, observa-se ainda, em todas as regiões do país, uma grande dificuldade não só em conceber esse curso, considerado obrigatório para as Faculdades e Institutos de Teologia, como na forma de administrá-lo, seus objetivos, estratégias pedagógicas a serem adotadas e, até mesmo, seu conteúdo.

Essa dificuldade de "recepção" não nos parece gratuita. Por que os nossos cursos de teologia têm tanta dificuldade em integrar o "curso especial de ecumenismo"? A resposta a essa questão, passo indispensável para se

¹ A presente proposta pedagógica é o desenvolvimento da intervenção do autor na discussão sobre "pistas de ensino", ocorrida no dia 2 de Fevereiro, no fechamento do 4º encontro de professores e animadores do ecumenismo, promovido pela CNBB em Brasília.

² Referimo-nos aqui aos dois documentos fundamentais do Pontifício Conselho para a promoção da unidade dos Cristãos, o *Directorio para a aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo*. São Paulo: Paulinas, 1994 (col. A voz do Papa, 132) e *A dimensão ecumênica na formação dos que trabalham no ministério pastoral*. São Paulo: Paulinas, 1998 (col. A voz do Papa, 156). Daqui por diante referir-nos-emos a esses dois documentos respectivamente como *Directorio* e *Dimensão ecumênica*.

superarem os obstáculos de fundo, exigiria, porém, pesquisa específica, que ultrapassa de muito um simples artigo. Propomo-nos, entretanto, depois de tecer algumas considerações gerais, elaborar uma sugestão pedagógica concreta, que permita contornar a dificuldade maior e, quem sabe, encontrar o caminho que conduz à formação ecumênica, hoje indispensável a todo cristão, a começar pelos encarregados do ministério e empenhados na pluralidade das atividades eclesiais.

A QUESTÃO ECUMÊNICA NA IGREJA CATÓLICA

É preciso ter presente que a Igreja Católica, apesar da transformação profunda consagrada pelo Concílio Vaticano II e do empenho dos dois grandes pontificados que se lhe seguiram, ainda encontra, na prática, senão até mesmo na visão que dela têm considerável número de responsáveis eclesiásticos, uma grande resistência, a se situar fraternalmente no seio da comunidade cristã universal. É muito difícil conciliar a consciência de sua hegemonia no seio das Igrejas e comunidades eclesiais cristãs, que faz parte de sua identidade, como Igreja católica, com o diálogo amplo e franco com as demais igrejas e denominações cristãs. Deixemos de lado as explicações puramente históricas, políticas, sociológicas ou, até mesmo, culturais e psicológicas. Há um obstáculo propriamente teológico, dificilmente removível, presente desde a *Mortalium ânimos*, de 1928, em que Pio XI expôs a forma original da Igreja Católica entender a integridade da fé, até a recente declaração *Dominus Jesus*³, em que a Congregação para a Doutrina da Fé propôs uma interpretação da *Lumen Gentium*, que torna praticamente inviável o diálogo verdadeiramente ecumênico com as Igrejas e comunidades cristãs separadas da unidade católica. Como formular, teologicamente, essa dificuldade maior?

³ Da Encíclica de Pio XI pode-se ler um texto central em: DENZIGER-HÜNERMANN, *Enchiridion*. 38.ed. Barcelona: Herder, 1999. p. 3683; *Declaração Dominus Jesus*. São Paulo: Paulinas, 2000. (col. Documentos da Igreja, 2).

A leitura do diário do Cardeal Congar, no período que vai do fim da guerra à preparação do Vaticano II, é extremamente esclarecedora a esse respeito⁴. Não se deve esquecer de que foi ele quem, nos anos 30, esforçou-se por definir as características do que chamou, com grande coragem, pela primeira vez, de “ecumenismo católico”. As resistências que encontrou por parte dos responsáveis da Igreja, tanto na França, como sobretudo em Roma, e os dissabores que lhe trouxe seu empenho pela unidade dos cristãos, fizeram-no dar-se conta na própria carne, das razões em que se pretende fundar o “absolutismo romano”, como diz, cioso de que a realização do desígnio salvador de Deus passa, necessariamente, pelo poder do Vigário de Cristo na terra, representante de Deus. Colocado entre sua visão da Igreja como comunhão e participação na vida de Deus e a concepção prevalente de uma Igreja fundada na estrutura hierárquica de poder, Yves Congar foi aos poucos purificando seu olhar de fé, a ponto de poder formular com clareza que sua vida estava sendo imolada pelo testemunho a que não se podia furtar, de que a Igreja, antes de ser um aparelho eclesiástico, é uma comunidade fundada no Espírito de Jesus comunicado a todos os humanos, como ficou patente no Vaticano II.

O Concílio sancionou essa percepção, não só do ponto de vista eclesiológico propriamente dito, como até do ponto de vista antropológico, fazendo da adesão pessoal a Deus, na esperança e no amor, o laço constitutivo da Igreja, a cujo serviço deve estar toda a estrutura hierárquica sacramental, pois o sábado foi feito para o ser humano e não este para o sábado. O ecumenismo é o fruto imediato dessa inversão antropológico-eclesiológica. Torna-se, portanto, de certo modo, a pedra de toque da autêntica recepção do Concílio. Revolução copernicana, que afeta o conjunto da vida cristã, pessoal e comunitária, em si mesma e no seu confronto com o mundo, define a prioridade do Espírito sobre as estruturas, chamadas a ser sua expressão portante na história, e fundamenta o diálogo que os cristãos de todo naipe, por força da missão que lhes foi confiada, devem entreter com todos os humanos, de todas as culturas e de todas as épocas.

⁴ Cf. CONGAR, Yves. *Journal d'un théologien, 1946-1956*. Editado e apresentado por Étienne Fouilloux. Paris: CERF, 2000.

Vê-se, portanto, que a questão ecumênica não se situa na periferia da Igreja, como uma dentre as suas muitas tarefas, que sob certos aspectos podem até parecer prioritárias, como as atividades ditas pastorais, para manter a comunidade fiel em seu seio, o empenho social, para garantir a justiça e colaborar no estabelecimento da paz entre os humanos, realização da esperança histórica do Reino, a evangelização ou a missão. Sem diminuir em nada a urgência dessas tarefas, é preciso ter presente que só o são verdadeiramente exercidas na medida em que compenetradas pelo Espírito de Jesus, contribuem de fato para a aproximação progressiva dos cristãos entre si e para um diálogo cada vez mais amplo e profundo com todas as religiões, expressão do desejo de Deus, inscrito no coração de todos os humanos. O ecumenismo é a expressão eclesial da docilidade ao Espírito, traduzida em ações concretas, de convívio, ação conjunta, diálogo e unidade no Espírito de todos os cristãos, aberta para o encontro com todos os humanos, quaisquer que sejam sua religião ou cultura, de todos os tempos e lugares.

Nada mais amplo, portanto, nem mais necessário do que a formação ecumênica, que deve estar presente em toda a vida cristã, pessoal e eclesial, compenetrar, evidentemente, toda formação espiritual e teológica, tornar-se o toque predominante da fisionomia da Igreja, mensageira da paz entre os humanos, em continuidade com Jesus, tal como foi visto pelos anjos desde o momento de seu nascimento.

O “curso especial de ecumenismo” ou o “ensino especificamente ecumênico” precisa ser entendido nesse contexto, de que não é senão um instrumento pedagógico, a ser manejado com empenho e arte.

OS OBJETIVOS DO CURSO DE ECUMENISMO

Apesar de obrigatório, o curso de ecumenismo não está ainda implantado em grande número de Institutos de Teologia. Onde existe, figura com uma carga horária que vai de 30 a 60 horas, com um conteúdo extremamente diversificado, apesar de girar sempre em torno das iniciativas e dos documentos emanados do Magistério, desde as Constituições, Decretos e Declarações do Vaticano II, através das inúmeras intervenções do Magistério ordinário em

todos os níveis e do registro dos diálogos bilaterais, que se multiplicaram a partir do fim do Concílio. Mas a consulta dos diversos diretórios acadêmicos e o contato com os professores de ecumenismo mostram que parece sobretudo faltar uma idéia clara dos objetivos a serem alcançados e das estratégias pedagógicas a serem adotadas, para que esse curso desempenhe realmente seu papel no conjunto da formação ecumênica dos estudantes, futuros ministros e agentes eclesiais⁵.

Dado o fato do papel que o curso de ecumenismo é chamado a desempenhar no conjunto da formação ecumênica, concebida como profunda reformulação antropológico-eclesiológica da doutrina, da vida e da atividade cristãs, nossa proposta é que deva ter por objetivo *proporcionar aos alunos os elementos indispensáveis para introduzir a perspectiva ecumênica em sua vida de reflexão, espiritualidade e serviço ecumênico cristão*.

Assim entendido, o curso de ecumenismo deve adotar uma abordagem *dialética* ou *retórica*⁶, com o objetivo preciso de despertar, converter, orientar e convencer os alunos de que a perspectiva ecumênica, ou dimensão ecumênica, como outros preferem dizer, deve estar hoje necessariamente presente na vida de todo cristão. O modelo retórico, amplamente adotado pelos escritos do Novo Testamento e pelos Padres da Igreja na sua reflexão de fé, catequese ou teologia, hoje geralmente articulado com o que se veio a denominar teologia narrativa, cujos fundamentos epistemológicos convêm em profundidade com a reflexão ecumênica, como veremos, é chamado a nos libertar dos dois modelos que geralmente prevalecem em teologia, o dogmático e o sistemático. No curso de ecumenismo não se pode querer discutir em profundidade seus fundamentos dogmáticos, não só pelo exíguo tempo de que se dispõe, como pelo

⁵ Evitamos empregar a denominação corrente de agentes de pastoral ou pastorais, porque o ecumenismo não é, a bem dizer, uma atividade pastoral determinada, senão um espírito que deve alimentar transversalmente toda atividade eclesial, desde a formação até a atividade evangelizadora e missionária propriamente ditas.

⁶ Sobre o caráter retórico da elaboração e do ensino da teologia o melhor trabalho que conhecemos é: VIAU, Marcel. *Le Dieu du Verbe*. Paris-Montréal: CERF-Médiaspaul, 1997.

fato de que a discussão dogmática, como o comprova a história, leva à controvérsia, muito mais do que ao diálogo. Também não se pode construir sistematicamente uma doutrina do ecumenismo a partir de seus fundamentos, pois o que está precisamente em causa, no ecumenismo, é a forma diversa de conceber os fundamentos da unidade entre os cristãos. Esse trabalho dogmático-sistemático deve ser feito no quadro de cada uma das disciplinas teológicas, cristologia, antropologia, eclesiologia, sacramentos etc. e constitui o conteúdo próprio dos diálogos bilaterais. O curso de ecumenismo visa manifestar a importância e preparar basicamente os alunos para abordar, no Espírito de Jesus, o convívio e o diálogo com cristãos de outras igrejas e denominações.

Esse preparo é abrangente. Não se limita unicamente ao preparo intelectual indispensável, requer, necessariamente, um preparo espiritual e uma prática efetiva de compreensão, acolhimento e colaboração com o outro. Daí a importância de se conceber o curso de ecumenismo trabalhando simultaneamente nessas três dimensões de reflexão, vida espiritual e prática ecumênica, de sorte que cada uma delas provoque, ilumine e manifeste o alcance das duas outras. Sob esse aspecto o curso de ecumenismo é como um laboratório, ou melhor, na linguagem de hoje, como uma academia, em que se busca, não a forma corporal, mas a forma espiritual de viver cristãmente no mundo pluralista em que nos encontramos.

AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

Dado esse objetivo, propomos que se siga, no curso de ecumenismo, uma estratégia circular ou espiralada. Em lugar de um curso linear, em que se transmitam determinados conteúdos, trabalhar a partir dos interesses intelectuais, espirituais e pastorais dos alunos, indicando como satisfazê-los numa perspectiva ecumênica, o que hoje não só é possível, como indispensável em todos os aspectos, momentos e níveis da vida da comunidade cristã, local e universal.

Esse círculo ou espiral passa por quatro pólos ou tarefas aos quais volta constantemente cada vez que se aborda um tema particular ou um centro de interesse específico.

O fato ecumênico

O ponto de partida é sempre o **fato ecumênico**, são os dados da história, que é mestra da vida, como dizia João XXIII na abertura do Vaticano II⁷. A progressiva mudança de atitude das igrejas e comunidades cristãs umas em relação às outras, que se verificou preliminarmente entre os evangélicos, a partir dos fins do século XIX, veio a se institucionalizar no Movimento Ecumênico, com o qual a Igreja Católica acabou se articulando desde a preparação do Vaticano II. Essa mudança de atitude entre as igrejas e, logo em seguida, entre as grandes religiões, constitui o grande “sinal dos tempos”, que se insere, aliás, no movimento de aproximação das religiões, no seio da unificação do mundo e da atenção que se passou a dar aos grandes problemas comuns da humanidade, como o cuidado do meio ambiente, os direitos humanos e a paz. Nesse contexto cultural surge o ecumenismo, marca indispensável do momento contemporâneo em que vivem os cristãos, que não pode, portanto, deixar de ser preocupação fundamental da Igreja. Toda reflexão e ação ecumênicas só se entendem dentro desse contexto histórico. A reflexão e a ação eclesiais que não o levarem em consideração, estão sendo cegas aos sinais dos tempos e ameaçadas de infidelidade grave ao desígnio salvador universal de Deus. Essa base necessariamente histórica da educação ecumênica corresponde à idéia de que a teologia ecumênica é eminentemente narrativa e que deve ser feita numa perspectiva retórica com base no reconhecimento de que os fatos são a expressão irrefutável da vontade de Deus na história⁸.

⁷ Referimo-nos ao discurso *Gaudet Mater Ecclesia*, de 11 de outubro de 1962, que pode ser lido em *Vaticano II, Mensagens, Discursos e Documentos*, nn. 26*-84*, São Paulo; Paulinas, 1998. É importante observar que, o que aqui sugerimos, provém da análise desse discurso, por ser ele considerado como particularmente inspirado e estar comandado pela estratégia ecumênica adotada no Concílio.

⁸ É importante que os alunos sejam iniciados na leitura “teológica” da História. Os estudos bíblicos, que deveriam cuidar dessa iniciação, muitas vezes se limitam aos aspectos mais científicos e literários, preparação indispensável, mas insuficiente, para a penetração do texto sagrado. A doutrina dos autores espirituais sobre os acontecimentos quais expressões do que Deus realmente quer são outra via de acesso recomendada. Gosto de me referir, por exemplo, ao esforço que faz São Francisco de Sales para elaborar essa doutrina no 9º livro de seu *Tratado sobre o amor de Deus*. Cito, em tradução livre, o final do capítulo 14: “Melhor do que estar a procurar saber

Daí a necessidade de fundamentar e ter sempre presente a **possibilidade do ecumenismo**. Baseia-se, para usar a terminologia de João XXIII, na distinção entre a substância da fé e suas expressões. Essa distinção comanda toda a reflexão conciliar. É a “distinção entre as verdades reveladas [...] a forma de as enunciar e as doutrinas teológicas” de que fala o *Diretório*⁹. Vem expressa, ora como distinção entre o depósito da fé e suas expressões, ora como a distinção entre a Tradição, no singular, com maiúscula, e as tradições, como acontece no recente documento do Conselho Mundial de Igrejas sobre a hermenêutica¹⁰. O *Catecismo*, numa forma feliz, indica o fundamento dessa distinção quando diz que “a fé é primeiramente uma *adesão pessoal* do ser humano a Deus, ao mesmo tempo que é, inseparavelmente, *o assentimento livre a toda verdade que Deus revelou*”¹¹.

Como bem o resume o documento sobre a *Dimensão Ecumênica*, ao assinalar “os elementos-chave para assegurar a dimensão ecumênica da cada disciplina teológica”, essa distinção, aí denominada hermenêutica, vem em primeiro lugar, pois, sem ela, os estudantes não podem distinguir o depósito da fé do modo como as verdades são formuladas, tornando impossível qualquer atividade ecumênica¹².

qual é a vontade de Deus, é louvá-lo e agradecê-lo por tudo que nos acontece, expressão de sua vontade real – *cette occupation de notre volonté est excellente, quand elle quitte le soin de vouloir e choisir les effets du bon plaisir divin, pour louer et remercier ce bon plaisir de tels effets!*”

⁹ *Diretório*, n. 74, em que se citam a *Gaudium et Spes*, n. 62,2; a *Unitatis Redintegratio*, 6 e a instrução *Mysterium Ecclesiae* da Congregação da Doutrina da Fé, de 1973.

¹⁰ Conselho Mundial de Igrejas. Comissão Fé e Constituição. CONIC. *Um tesouro em vasos de argila*: Instrumento para uma reflexão ecumênica sobre a hermenêutica. São Paulo: Paulus, 2000.

¹¹ *Catecismo da Igreja Católica*, n. 150. Os grifos estão no texto.

¹² *Dimensão ecumênica*, n. 10-11.

A expressão está na base da *Dimensão ecumênica*, que fala da “necessidade da formação ecumênica de todos os fiéis”, num texto que não pode ser entendido levianamente¹³. O importante, porém, é estabelecer as bases teológicas, do ponto de vista católico, dessa **necessidade**, que se estende a toda a vida pessoal e da comunidade cristã, e se faz sentir com não menos força no curso de ecumenismo, instrumento de seu convencimento. Os argumentos para convencer os alunos da necessidade do ecumenismo provêm da doutrina da unidade e da universalidade da salvação, de que a comunidade cristã é o sacramento, fundada na cristologia, na antropologia e na eclesiologia adotadas no Vaticano II, como expressão da Revelação cristã. A cristologia e a antropologia têm seu lugar maior na primeira parte da *Gaudium et Spes*, que estabelece o agir humano, consciente e livre, cujas dimensões universais, inclusive cosmológicas, manifestam-se plenamente em Cristo, são a base do entendimento entre os humanos e do serviço da Igreja ao mundo. A eclesiologia aparece sobretudo na *Lumen Gentium* e no *Unitatis Redintegratio*, em que o foco ou vértice da Igreja deixa de ser sua realidade histórica, para se tornar a própria vida de Deus, do Pai, com o Filho e o Espírito Santo. Sendo assim é **indispensável** que a vida de todo cristão e de todas as comunidades que crêem em Jesus Cristo Salvador caminhe junto, centralizadas em Cristo, não em si mesmas, na Igreja, mas em Cristo e, por Cristo, em Deus, por maiores que sejam os obstáculos à plena *koinonia*.

Sem poder desenvolver aqui toda a fundamentação teológica do lugar central que ocupa o ecumenismo na Igreja, fundamentação que se apóia tanto na história, na realidade ecumênica do mundo religioso nos dias de hoje, como na doutrina da Igreja, sacramento da união com Deus e da unidade de todo o gênero humano, limitamo-nos a observar, em continuidade com a inversão copernicana acima indicada, que a realidade histórica da Igreja deixando de se identificar pura e simplesmente com a Igreja una, santa, católica e apostólica que confessamos no Credo, como ficou patente nas considerações hermenêuticas

¹³ *Dimensão ecumênica*, n. 3.

acima desenvolvidas, o foco da unidade deixa também de ser a realidade histórica em que subsiste a Igreja que confessamos no Credo, para se tornar a unidade de toda a humanidade em Deus, de que a Igreja histórica é o sacramento. Sinal e instrumento da unidade da humanidade, a missão da Igreja é profunda e decisivamente ecumênica, sendo ela infiel a si mesma e à sua missão quando põe obstáculos ou limites ao ecumenismo.

A iniciação ao diálogo

Finalmente, o quarto momento será a **iniciação ao diálogo**. Todo discurso cristão deve hoje ser feito em clima de diálogo. Esse discurso começa, naturalmente, pela leitura da Sagrada Escritura, que é um patrimônio comum de todos os cristãos, mas se estende a todos os capítulos da teologia (Deus, Trindade, Jesus Cristo, Igreja, Sacramentos, Escatologia etc.). Cabe lembrar a importância de trabalhar alguns dos documentos dos diálogos bi-laterais ultimamente desenvolvidos, como a *Declaração Conjunta* com as Igrejas Luteranas, o *Dom da Autoridade*, para citar apenas dois dos mais recentes e mais importantes.

A realidade ecumênica brasileira, sobretudo nas regiões menos afetadas pela imigração européia, constitui um grande desafio. A iniciação ao diálogo não pode, por um lado, fugir ao efetivo convívio com as igrejas missionárias de proveniência sobretudo norte-americana, como as igrejas metodistas, presbiterianas, batistas etc. Por outro não se pode desconhecer a importância das denominações pentecostais e até mesmo neo-pentecostais, devendo-se formar os alunos, ainda que de maneira genérica, para o diálogo ecumênico com esses diversos grupos, cada um deles com sua especificidade e sua posição mais ou menos diversificada a respeito do diálogo com a Igreja católica. Reside aqui o maior desafio, talvez, do curso de ecumenismo. Seria preciso que se estudasse a fundo a melhor maneira de conduzir esses diálogos, o que exige dos teólogos católicos muito mais do que em geral se tem feito¹⁴.

Seria necessário que esse quarto ponto não se restringisse à disciplina ecumenismo (em que não há espaço senão para brevíssimos exemplos), mas fosse cada vez mais largamente praticado no ensino de todas as outras disciplinas. Muitas vezes conserva-se ainda uma abordagem dogmática, orientando os alunos numa direção mais da controvérsia do que do ecumenismo, ou sistemática abstrata, como se houvesse uma expressão intemporal da verdade a ser estabelecida preliminarmente. A Verdade, que é Deus, princípio de todo o conhecimento, que nos foi generosamente comunicada na Revelação, como elemento integrante indispensável do desígnio salvador do Pai e das missões do Filho e do Espírito, só se manifestará plenamente na realização final do desígnio de Deus. Ela não nos é acessível, enquanto caminhamos para a Pátria, senão em formas limitadas, inseridas no contexto cultural particular em que vivemos, e não deixa nunca de ser objeto de *busca* das pessoas e das comunidades humanas cristãs. Reconhecemos o valor das diversas expressões dogmáticas da Verdade, através dos tempos, mas não nos podemos furtar à necessidade de, em continuidade com o passado, buscar formas atuais, que sejam expressão dessa mesma Verdade, para nossos contemporâneos. O curso de teologia não pode ter a pretensão senão de elaborar os critérios para o discernimento da Verdade nas nossas verdades. Sob esse aspecto se pode dizer que a Igreja é uma comunidade hermenêutica, como o enuncia o documento citado do Conselho Mundial de Igrejas já citado¹⁵.

O ECUMENISMO E O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

Entrevistado durante a celebração papal do dia 1º de janeiro, o dominicano Georges Cottier, Mestre do Sagrado Palácio, declarou que a prioridade da Igreja nesse terceiro milênio deve ser o diálogo inter-religioso. Mas e o ecumenismo? perguntou o entrevistador. A resposta foi que são inseparáveis,

a análise teológica de Shaull, assumidamente calvinista, parece desafiar em mais de uma passagem, a teologia católica, para saber como ela resolveria os problemas que levanta, na realidade, o pentecostalismo para a estruturação mesma da Igreja.

¹⁵ Conselho Mundial de Igrejas. Comissão Fé e Constituição. CONIC. *Um tesouro em vasos de argila*. Instrumento para uma reflexão ecumênica sobre a hermenêutica. São Paulo: Paulus, 2000.

¹⁴ Um exemplo maior, que deveria ser seguido: CÉSAR, Waldo; SHAULL, RICHARD. *Pentecostalismo e futuro das igrejas cristãs*: Promessas e desafios. Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal, 1999. Além da inteligente análise teológica de Waldo César,

pois em face do mundo, da unidade espiritual dos humanos e da paz, os cristãos temos de estar unidos. Não há diálogo inter-religioso sem ecumenismo. Se uma igreja local, um grupo religioso qualquer, pretende inaugurar um diálogo com qualquer cultura ou religião não cristã, deve começar por tratar os outros cristãos como irmãos e cuidar de viver, pensar e agir em comunhão com todos os que estão unidos pelos laços da mesma fé, da mesma esperança e do mesmo amor, fiéis a Jesus e ao seu Espírito.

Essa prioridade do diálogo inter-religioso *na ordem da intenção*, pressupõe, portanto, a prioridade do ecumenismo *na ordem da realização*. Devemos estar juntos e unidos todos os cristãos, para responder aos desafios que lança o mundo a todos os que trazemos, ainda que em vasos frágeis, o nome de cristãos.

É interessante observar essa prioridade assinalada na *Declaração Dominus Jesus*, fiel, neste ponto, à doutrina da universalidade da salvação, que desempenhou papel decisivo na reflexão conciliar. Mas como articular com a doutrina da universalidade da salvação, a posição particularista da Igreja defendida na *Dominus Jesus*? A coerência teológica exige que, sendo universal, a salvação não seja considerada de nenhuma igreja particular, senão de Deus, por Jesus Cristo, presente, no Espírito, no coração de todos os humanos, testemunhado e servido por todos aqueles que invocam o seu nome, por mais profundos que sejam os abismos culturais e religiosos que os separem na história.

Ainda uma vez aqui, é preciso distinguir para unir. O curso de ecumenismo tem todo interesse em guardar a sua especificidade, para que se esclareça e reforce nossa adesão de fiéis cristãos à realidade histórica da Igreja, através da qual acedemos à salvação universal. Isto não quer dizer, porém, que se deva separar o ecumenismo do diálogo inter-religioso. Pelo contrário. Parece-nos hoje indispensável introduzir como dimensão transversal no estudo da teologia, a perspectiva inter-religiosa, e, talvez mesmo, cuidar de estruturar uma disciplina de formação para o diálogo inter-religioso, com estatuto próprio, que não se confunde nem com as ciências nem com a teologia das religiões. Mas este é um outro assunto.

Francisco Catao é Doutor em Teologia pela Universidade de Estrasburgo - França.
Leciona no Instituto Teológico Pio XI. cataof@ig.com.br

REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA VALORAÇÃO ÉTICO-TEOLÓGICA NA PERSPECTIVA DOS EXCLUÍDOS

Frei Dr. Luiz Augusto de Mattos

A presente reflexão tem como objetivo aprofundar a temática da reprodução humana assistida (RHA) a partir da experiência de vida dos excluídos¹. Aprofundamento que se limitará ao enfoque ético-teológico.

Com o progresso biotecnológico a sociedade e a Igreja estão sendo surpreendidas com as novidades que a todo momento são divulgadas e os desafios que se apresentam por exemplo nos níveis ético e teológico. Diante das conquistas, como a de uma mudança qualitativa no domínio da reprodução humana, geralmente ocorrem duas reações: uma que vê a conquista como salutar, e outra que demonstra preocupação com o que poderá acontecer de não benéfico num futuro não longínquo.

¹ Entende-se por excluídos todos os que estão fora dos benefícios da atual sociedade dinamizada por uma economia de mercado excludente.

"O sociólogo José de Souza Martins tem o seguinte comentário sobre a exclusão social: a exclusão não só produz "uma reinclusão em relações sociais precárias e marginais, como produz, também, uma reinclusão ideológica no imaginário da sociedade de consumo e nas fantasias pasteurizadas e inócuas do mercado, qualquer que seja ele, até mesmo o mercado dos valores sagrados da tradição ou da dignidade humana. (...) A nova desigualdade separa materialmente, mas unifica ideologicamente. No entanto, a nova desigualdade se caracteriza, basicamente, por criar uma sociedade dupla, como se fossem dois mundo que se excluem reciprocamente, embora parecidos na forma: em ambos podem ser encontradas as mesmas coisas, aparentemente as mesmas mercadorias, as mesmas idéias individualistas, a mesma competição. Mas as oportunidades são completamente desiguais. A nova desigualdade resulta do encerramento de uma longa era de possibilidades de ascensão social, que foi característica do capitalismo até há poucos anos. Apesar disso, o imaginário que cimenta essa ruptura é um imaginário único, mercantilizado, enganador e manipulável". MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. p. 21-22.